CONTAS PÚBLICAS

Um olho na âncora fiscal e outro no Congresso

Tebet diz que proposta do arcabouço passa por "últimos ajustes redacionais" e só será encaminhada ao Parlamento na próxima semana, após o envio do PLDO, que seguirá na sexta-feira. Governo trabalha para derrubar resistências ao texto

» VICTOR CORREIA
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Edu Andrade/Ascom/MPO



Tebet se reuniu com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, e com a presidente da CMO, senadora Daniella Ribeiro

A proposta do novo arcabouço fiscal só será encaminhada ao Congresso na próxima semana, após o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, previsto para esta sexta-feira. A informação é da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, as últimas mudanças no texto da âncora fiscal não foram fechadas a tempo de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, darem o aval antes de viajarem à China — os dois embarcaram ontem.

"Os técnicos do Planejamento e da Fazenda ainda fazem os últimos ajustes redacionais na proposta de arcabouço, e não deu tempo de Lula e Haddad assinarem. Por isso, o arcabouço e o PLDO não chegam juntos ao Congresso", admitiu a ministra, após reunião, na sede do ministério, com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e com a presidente da **Comissão Mista do Orçamento** (CMO), senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

Segundo Tebet, as alterações na proposta ocorrem a pedido da própria Secretaria de Orçamento Federal (SOF) da pasta dela. "Não foram pedidos do que vocês chamam de núcleo político, ou da Casa Civil. Foram pedidos nossos. São quatro ou cinco ajustes, e todas as sugestões foram acatadas pelos demais ministérios", afirmou.

Tebet destacou que Lula também avalizou as mudanças de redação. "Estamos falando de algo que vai valer para o Brasil por muitos anos, ou, pelo menos, pela próxima década. Então, temos de fazer com muita tranquilidade, vamos perder três ou quatro dias para fazer as coisas bem-feitas", completou.

Sobre a LDO, a ministra disse que a proposta será "atípica" porque estará de acordo com o teto de gastos, mas pode ser modificada no futuro com a aprovação do novo arcabouço fiscal. "Estamos entregando a LDO baseada na regra que temos, o teto (de gastos). Vamos mostrar números que demonstram ainda mais a necessidade de aprovação do novo arcabouço. A LDO vem com um número que fica temporário, até a aprovação do arcabouço. Tivemos todo o cuidado de vincular a LDO aos novos parâmetros do arcabouço fiscal."

Ela também criticou o atual marco fiscal. "O teto de gastos, hoje, não se sustenta. O teto não foi só furado. Ele caiu em cima da casa, e foi arrastando a casa. Ante isso, estamos diante de uma LDO com números muito feios", enfatizou.

Instauração

O prazo constitucional para a entrega da LDO de 2024 ao Congresso é 15 de abril. O texto será apreciado pela CMO, instaurada ontem pela senadora Daniella Ribeiro. A parlamentar também designou o deputado federal Luiz Carlos Motta (PL-SP) como relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2024.

Congresso

Enquanto o governo acelera a consolidação do arcabouço fiscal, o Congresso aguarda com ressalvas a proposta. Segundo o vice-presidente do Senado, Rodrigo Cunha (União Brasil-AL) a ida de Haddad à Casa para apresentar o texto foi limitada "a declarações" e que será necessário, primeiramente, ver se o informado pelo ministro consta, de fato, na proposição.

"Não haverá rolo compressor. Todo mundo (no Senado) entende que é importante colaborar e não tentar postergar (a análise). Vamos dar nossa contribuição", afirmou.

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) destacou que uma eventual sinalização positiva da Casa vai se dar a partir da disposição do Planalto de ceder ao entendimento dos senadores. "Até o momento, o que sabemos do arcabouço é raso. Há gastos com a criação de ministérios, porém é preciso cortar na própria carne. Falta ao governo esse sacrifício", criticou.

Autor de um projeto se lei sobre o tema, apresentado em meados de março, o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) reiterou a importância da chegada do texto para uma melhor análise, contudo apontou diagnósticos preliminares. "Há uma preocupação do excesso de dependência da receita, de qual é o tamanho dessa receita e a fragilidade e volatilidade dela que suporte o aumento contínuo da despesa que está previsto no projeto", frisou.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pelas articulações no Congresso, disse estar em diálogo com líderes da oposição. Ele valorizou o que chama de esforço para aprovação do novo marco fiscal e disse que o governo está "criando um ambiente no país de retomada de segurança e estabilidade econômicas e para curva descendente dos juros, que estão desproporcionais".

"O marco não é um tema de governo e oposição, e, sim, para o país", acrescentou ele, que, ontem, se encontrou com líderes da base na Câmara.

Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, elogiou a expansão da criação de despesas sociais que será apresentada no texto do arcabouço fiscal. "O governo faz uma proposta ousada, que já coloca um compromisso para chegar em 2024 com um equilíbrio no deficit, na perspectiva de, a partir de 2025, voltar a ter superavit, o que significa ter maior capacidade de investimento", argumentou. "Assim como tem uma meta para receita e despesa, tem uma meta a ser alcançada (de investimento) com piso de 2,5%. Fechamos o ano de 2022 com 0,2% de investimento. Esse caminho coloca não só para o governo federal, mas para estados, municípios e o setor privado uma coisa que faltava ao Brasil: planejamento", emendou. (**Com Agência Estado**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Sobre as contradições da viagem de Lula à China

Um dos episódios mais traumáticos da história da diplomacia brasileira foi a expulsão de nove diplomatas chineses, que foram presos e torturados logo após o golpe militar de 1964. Eram funcionários da embaixada da República Popular da China e chegaram ao Brasil entre 1961 e 1964, em virtude das relações bilaterais estabelecidas pelo presidente Jânio Quadros, que renunciou ao mandato. A propósito, João Goulart, seu vice, estava na China na ocasião e houve uma tentativa de impedi-lo de tomar posse, golpe abortado pelo Congresso ao adotar o regime parlamentarista. Mas essa já é outra história.

Em 22 de setembro de 1964, os chineses foram condenados a 10 anos de prisão e expulsos do território brasileiro no ano seguinte, acusados de conspirar contra o regime recém-instalado. Em 1974, porém, as relações foram restabelecidas pelo general Ernesto Geisel, presidente da República que adotou uma política externa independente, desatrelada dos Estados Unidos, durante o regime militar. Desde então, as nossas relações com os chineses mudaram da água para o vinho, e a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, desbancando os EUA.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou à China, onde terá um encontro com o presidente Xi Jinping. Segundo anunciou, quer "consolidar a relação" com a nação asiática e convencê-la a fazer mais investimentos no nosso país. Além disso, pretende convidar o líder comunista chinês para uma visita ao Brasil. "Política internacional é uma via de duas mãos, ou seja, você não vai à China para saber o que os chineses vão fazer aqui ou o que os chineses vão comprar de nós, queremos mostrar aos chineses que temos coisas para vender", disse Lula em entrevista à EBC. "O que queremos é que os chineses façam investimentos para gerar novos empregos e ovos ativos produtivos no Brasil", completou.

O Brasil precisa dar um salto de qualidade no comércio com a China. As exportações brasileiras para o gigante asiático, hoje, estão muito concentradas nas commodities: minério de ferro, soja, petróleo e carne somam quase 90%. Para a economia brasileira, estrategicamente, isso não é bom. São setores da economia muito concentrados, que agregam pouco valor, empregam pouco, oferecem empregos de pouca qualificação e com salários baixos. Em contrapartida, as importações brasileiras da China estão levando à falência as indústrias brasileiras, que têm baixa produtividade, e ainda tomam o nosso mercado na América do Sul.

Lula não viaja de mãos vazias, já estão negociados vários acordos, entre os quais na agricultura familiar, no desenvolvimento de satélites, na produção de vacinas e de automóveis. Mas ainda é muito pouco. A China pode ser um grande parceiro do Brasil na área de infraestrutura, com investimentos na produção de energia limpa, portos e aeroportos, transportes ferroviários e fluvial. Hoje, exportamos algo em torno de US$ 88 bilhões para a China, enquanto importamos US$ 47 bilhões, com um superavit da balança comercial de US$ 41 bilhões. Em contrapartida, importamos US$ 39 bilhões dos Estados Unidos, para os quais exportamos US$ 31 bilhões, um deficit comercial de US$ 8 bilhões.

Rota da seda

A inclusão do Brasil na chamada Rota da Seda pode ser um bom negócio, mas depende dos termos em que isso ocorrerá. Esse é o mais ambicioso projeto comercial da história da China desde a Idade Média. O nome é uma referência à antiga rota comercial chinesa para a Europa, através da Ásia Central, durante as dinastias Han (206 a.C. a 220 d.C.) e Tang (618 a 907). Os parceiros do projeto chinês recebem financiamento em infraestrutura e firmam acordos de cooperação em economia, saúde, cultura, ambiente, entre outros.

Como o eixo do comercio mundial se deslocou do Atlântico para o Pacífico, a entrada da Argentina no projeto torna imperativa a parceria do Brasil com a China, para construir uma nova infraestrutura de logística, que beneficie também os estados do Sul e Sudeste. A Nova Rota da Seda soma 145 países, sendo 44 da África, 42 da Ásia, 29 da Europa, 20 da América Latina e o Caribe e 10 da Oceania.

A expansão comercial chinesa é global. Seu principal parceiro comercial ainda são os Estados Unidos, que exportaram tecnologia e empregos para a potência asiática. A perda contínua de mercado para os chineses, inclusive interno, provocou a reação política e militar dos Estados Unidos contra a expansão da influência da China no mundo. Na geopolítica do chamado "Sul Global", adotada pelo Itamaraty, as relações com presidente Xi Jinping são as mais importantes para a diplomacia brasileira, porém qualquer aproximação exagerada pode estremecer as relações do Brasil com os Estados Unidos.

O que está surgindo não é um mundo multipolar, como vinha se desenhando, com o fortalecimento da Alemanha e da França na União Europeia e a formação dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Com a brutal invasão da Ucrânia pela Rússia, em resposta à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), instalou-se no mundo um novo clima de "guerra fria". A ocupação do território ucraniano se tornou o palco de uma "guerra por procuração" entre a Otan e a Rússia.

Lula propõe a formação de um clube de países não envolvidos na guerra para negociar a paz entre a Rússia e a Ucrânia, para o qual pleiteia o apoio do presidente chinês Xi Jinping. Ao fazê-lo, traça uma rota sinuosa e ambígua, que põe em risco suas excelentes relações com o presidente Joe Biden. O antigo líder comunista Mao Tse Tung separava as contradições antagônicas das não antagônicas, que não suprimia uma das partes. Lula vai precisar de muita dialética para que a segunda prevaleça.